

**Município de Nova Ramada**  
**Estado do Rio Grande do Sul**  
**CNPJ: 01.611.828/0001-49**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO**

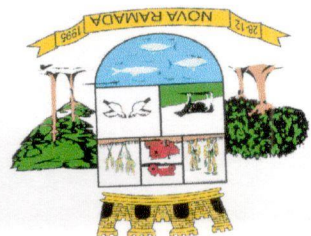
<b>SOLICITAÇÃO Nº</b>	012/2023
<b>ASSUNTO:</b>	Aquisição de Pa Carregadeira Nova

<b>1. Definição do objeto</b>	Aquisição de uma Pa Carregadeira de rodas, nova, ano mínimo 2023, destinada ao Parque de Máquinas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, com as seguintes características: Peso operacional mínimo de 17.000 kg, motor com potência mínima de 220hp, Câmbio com no mínimo 4 marchas a frente e 3 a ré com Kickdown. Alta produtividade. Capacidade de carga de no mínimo 5.000 Kg. Pressão máxima de trabalho de no mínimo 16 MPA. Caçamba com capacidade mínima de 3m³. Força de desagregação mínima de 16.000 Kg. Tanque de combustível de no mínimo 250 litros. Pneus 23,5-25 com no mínimo 20 lonas desenho E3/L3. Tração nas 4 rodas. Carregamento frontal com sistema de nivelamento e controle de altura e retorno automático da caçamba, acionamento com Joystick. Equipado com sistema de segurança do motor que desliga o mesmo antes de danificar por falta de lubrificação ou exceder o limite máximo de temperatura, com arquivo eletrônico, itens de segurança exigidos pelo Código Brasileiro. Limpador de Para-Brisa elétrico. Espelhos retrovisores internos e externos. Faróis de iluminação dianteiros/traseiros e sinalização conforme normas.
-------------------------------	--

<b>2. Fundamentação da contratação</b>	A presente contratação está fundamentada na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, de acordo com o Estudo Técnico Preliminar nº 015/2023, de 15 de agosto de 2023.
<b>3. Descrição da solução como um todo</b>	A solução proposta é a aquisição de uma Pa Carregadeira de rodas para atender as necessidades do Município de Nova Ramada, visando a manutenção de estradas, pontes e bueiros, auxiliar no carregamento de cascalho e obras diversas. A aquisição visa melhorar a frota e consequentemente o atendimento à população de Nova Ramada. A empresa vencedora terá o prazo máximo de 60 dias após assinatura do contrato, para entrega do objeto. A empresa vencedora deverá fornecer garantia de um ano e as duas primeiras revisões, de 250 horas e 500 horas, sem custos ao Município (material, mão de obra e deslocamento). A Assistência Técnica deverá estar localizada no Estado do Rio Grande do Sul, em no máximo 300km da sede do Município.

<b>4. Requisitos da contratação</b>	A referida aquisição tem natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado. A Pa Carregadeira deverá ser ofertada por empresa que tenha o ramo de atividade compatível com o objeto licitado. As características encontram-se na planilha anexa. O Objeto deverá ser entregue na Garagem Municipal em até 60 (sessenta dias), após autorização de Ofício do Município, o qual será enviado em e-mail da empresa cadastrada no Município de Nova Ramada. A autorização de entrega do objeto será emitida após liberação dos recursos vinculados para o Município. A Pa Carregadeira deverá ter garantia mínima de 12 (doze) meses.
-------------------------------------	--





TERMO DE REFERÊNCIA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO

A empresa deverá fornecer as duas primeiras revisões, de 250 horas e 500 horas, sem custos ao Município (material, mão de obra e deslocamento).  
A Assistência Técnica deverá estar localizada no Estado do Rio Grande do Sul, em no máximo 300km da sede do Município.  
O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, após entrega do objeto, emissão da respectiva Nota Fiscal e recebimento definitivo do objeto pela comissão a ser designada através de Portaria.

**O orçamento não necessita ser sigiloso.**

A aquisição será realizada por meio da modalidade de prego eletrônico.  
O fornecedor deve comprovar que atua em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos mínimos necessários:

- Estatuto social ou outro equivalente;
- Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual e ou/Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- Regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente na forma da Lei;
- Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.
- Certidão negativa de feitos sobre falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

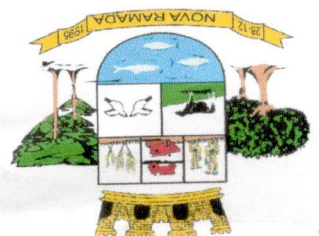
**Deverá também declaração do licitante;**

- Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaração que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho art. 5º da Constituição Federal
- Declaração de que sua proposta econômica compreendem a integralidade dos custos em atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigente na data de entrega das propostas.

- Declaração que atende os requisitos de habilitação, e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.
- Se desejar fazer uso das Perrogativas da Lei Complementar 123/2006, deverá declarar que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apta a usufruir do **tratamento favorecido** estabelecido em seus arts. 42 a 49 e que não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores extrapolam a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (preferência na contratação).
- Que esta ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos

Da empresa classificada em primeiro lugar, será realizado a consulta das seguintes informações:





**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIACÃO E TRÂNSITO**

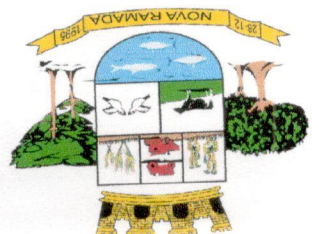
- Cadastro Nacional de Empresas Indóneas e Suspensas – CEIS ([ceiscadastro.cgu.gov.br](http://ceiscadastro.cgu.gov.br))
- e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([portaldatatransparencia.gov.br](http://portaldatatransparencia.gov.br));
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br));
- Lista de Indóneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU ([contas.tcu.gov.br](http://contas.tcu.gov.br));
- Consultar a Regularidade perante a Fazenda Municipal de Nova Ramada da empresa.

A contratação fica submetida as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 pelo descumprimento do objeto contratado. Pelo descumprimento total ou parcial das obrigações aqui ajustadas poderá ser aplicado as seguintes penalidades:

1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
  - a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
  - b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - c) dar causa à inexecução total do contrato;
  - d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
  - e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
  - f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
  - i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - m) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 1. as seguintes sanções, levando em consideração o contido no art. 156 e seguintes da Lei Federal 14.133, de 2021:
  - a) advertência;
  - b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) do valor do objeto licitado ou contratado;
  - c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
  - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
  3. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do item 3.2. poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea “b” do mesmo item.
  4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 3.2 desse termo





**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO**

5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

6. A aplicação das sanções previstas no item 3.2. deste termo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

7. Na aplicação da sanção prevista no item 3.2, alínea "b", do presente termo será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 3.2 do presente termo o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "m" do item 3.2 do presente termo exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

**5. Modelo de execução do objeto**

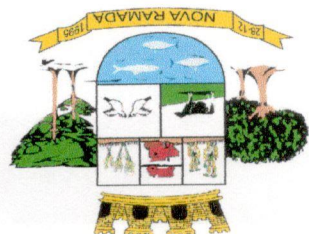
A empresa vencedora deverá entregar a Pa Carregadeira na garagem do Município de Nova Ramada sem custos adicionais ao Município.

A Máquina deverá ter garantia de no mínimo 12 meses.

A empresa deverá fornecer as duas primeiras revisões, de 250 horas e 500 horas, sem custos ao Município (material, mão de obra e deslocamento).

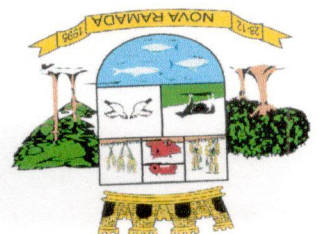
A Assistência Técnica deverá estar localizada no Estado do Rio Grande do Sul, em no máximo 300km da sede do Município.





**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO**

<p><b>6. Modelo de Gestão do Contrato</b></p>	<p>Para a contratação pretendida haverá necessidade de elaboração de Contrato Administrativo, uma vez que a Pá Carregadeira a ser adquirida terá a exigência de garantia de um ano e ainda a empresa deverá fornecer as duas primeiras revisões, de 250 horas e 500 horas, sem custos ao Município (material, mão de obra e deslocamento).</p> <p>A gestão será realizada pela servidora <b>Simone Chagas Rodrigues</b> – Agente Administrativo, matrícula nº 341-7/1, designada através da Portaria nº 135/2023. A fiscalização do objeto e prazos de entrega se dará pelo servidor Sandro Cristiano Höring, matrícula nº 564-9/1 responsável pelo Setor de Almoxarifado, designado pela portaria 138/2023, o qual poderá solicitar auxílio de Comissão a ser designada por portaria, para conferência e aceite do objeto.</p>
<p><b>7. Critérios de medição e de pagamento</b></p>	<p>O pagamento será realizado em até 10 (dez) dias, após entrega do objeto, emissão da respectiva Nota Fiscal e recebimento definitivo do objeto pela comissão a ser designada através de Portaria.</p> <p>No pagamento serão efetuadas as retenções conforme legislação vigente, devendo ser observado o Decreto Executivo Municipal nº 4.183, de 29 de novembro de 2021 (disponível no site: <a href="https://www.novaramada.rs.gov.br">https://www.novaramada.rs.gov.br</a>), que adota a Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012.</p>
<p><b>8. Forma e critérios de seleção do fornecedor ou prestador de serviço</b></p>	<p>O futuro contratado será selecionado mediante Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Eletrônico. Conforme pesquisa de mercado realizada, e Estudo Técnico Preliminar realizado para solução da necessidade administrativa, vislumbra-se possível, sob o aspecto técnico e econômico, a contratação de empresa especializada do ramo de atividade compatível com o objeto da contratação.</p> <p>Neste sentido, segue indicação de potenciais fornecedores e prestadores de serviços.</p> <p>1- AZUS INDUSTRIA E COMÉRCIO DE MÁQUINAS LTDA. CNPJ 20.724.304/0001-09                  2- POWERZZ LTDA. CNPJ 18.184.969/0002-06                  3- GLX COMÉRCIO DE MÁQUINAS. CNPJ 21.155.314/0001-33</p> <p>Tais referências foram obtidas através de pesquisa de mercado, com empresas que atuam na região e possuem condições de fornecer o objeto.</p>
<p><b>9. Estimativa do valor da contratação</b></p>	<p>Estima-se para a presente contratação o valor total de R\$ 885.000,00 (oitocentos e oitenta e cinco mil reais).</p> <p>A empresa deverá fornecer as duas primeiras revisões, de 250 horas e 500 horas, sem custos ao Município (material, mão de obra e deslocamento).</p> <p>Observa-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado, de acordo com o disposto no Decreto Executivo nº 4.569/2023 e nos termos do Artigo 23 da Lei Federal 14.133/21.</p>
<p><b>10. Adequação orçamentária</b></p>	<p>De acordo com o Projeto/Atividade, Fonte de Recursos e Detalhamento da Fonte em planilha anexa, com o respectivo despacho do Setor de Empenhos.</p>



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E TRÂNSITO**

**11. Envolve recursos provenientes de Transferências Voluntárias da União?**

(x) NÃO.  
( ) SIM. QUAL?

Nova Ramada, 23 de agosto de 2023.

Responsável pela elaboração  
Sergio Biancon

Nova Ramada, 23 de agosto de 2023.

Em acordo:

Sergio Biancon  
Secretário Municipal de Obras Viação e Trânsito (adjunto)

Parecer do Responsável financeiro:

- ( ) Há recursos financeiros disponíveis  
( ) A disponibilidade ocorrerá de acordo com o repasse federal/estadual  
( ) Não há previsão de disponibilidade de recursos financeiros antes de \_\_\_\_\_

Nova Ramada, 23 de agosto de 2023.

Cristina Breitenbach da Silva  
Secretária Municipal da fazenda



## ANEXO AO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 012/2023

PROJETO / ATIVIDADE: 1.007 - AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS				CÓDIGO DA DESPESA: 6456			
Fonte de Recursos:		1500		Detalhamento da Fonte:			
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		Máquinas, Equipamentos e Utensílios Agrícolas, Agropecuários e Rodoviários					
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.
5	1	1,13%	UNID.	Aquisição de uma Pá Carregadeira de rodas, nova, ano mínimo 2023, destinada ao Parque de Maquinas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, com as seguintes características: cabine fechada, com ar condicionado, motor a diesel com no mínimo 6 cilindros turbo intercooler. Peso operacional mínimo de 17.000 kg, motor com potência mínima de 220hp. Cambio com no mínimo 4 marchas a frente e 3 a ré com Kickdown. Alta produtividade. Capacidade de carga de no mínimo 5.000 Kg. Pressão máxima de trabalho de no mínimo 16 MPA. Caçamba com capacidade mínima de 3m³. Força de desagregação mínima de 16.000 Kg. Tanque de combustível de no mínimo 250 litros. Pneus 23.5-25 com no mínimo 20 lonas desenho E3/L3. Tração nas 4 rodas. Carregamento frontal com sistema de nivelamento e controle de altura e retorno automático da caçamba, acionamento com Joystick. Equipado com sistema de segurança do motor que desliga o mesmo antes de danificar por falta de lubrificação ou exceder o limite máximo de temperatura, com arquivo eletrônico, itens de segurança exigidos pelo Código Brasileiro. Limpador de Para-Brisa elétrico. Espelhos retrovisores internos e externos. Faróis de iluminação dianteiros/traseiros e sinalização conforme normas.	10.000,00	10.000,00	
PROJETO / ATIVIDADE: 1.007 - AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS				CÓDIGO DA DESPESA: 8439			
Fonte de Recursos:		2500		Detalhamento da Fonte:			
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE		VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA					
Cód.PAC	ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL	CÓD.ALMOX.

5	1	42,37% UNID.	Aquisição de uma Pá Carregadeira de rodas, nova, ano mínimo 2023, destinada ao Parque de Maquinas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, conforme descrição a cima.	375.000,00	375.000,00
---	---	--------------	---	------------	------------

PROJETO / ATIVIDADE: 1.007 - AQUISIÇÃO/RENOVAÇÃO DO PARQUE DE MÁQUINAS			CÓDIGO DA DESPESA: 8440		
Fonte de Recursos: 1706			Detalhamento da Fonte: 1155		
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			VEÍCULOS DE TRACÇÃO MECÂNICA		
Cód.PAC	ITEM	QUANT. UNID.	DESCRIÇÃO	VLR.MÁX.ITEM	VLR.TOTAL
5	1	56,50% UNID.	Aquisição de uma Pá Carregadeira de rodas, nova, ano mínimo 2023, destinada ao Parque de Maquinas da Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito, conforme descrição a cima.	500.000,00	500.000,00

R\$ 885.000,00

VALOR TOTAL DA DESPESA

R\$

*Guilherme*  
Responsável pela Elaboração

*laura*  
Empenhos

*[Assinatura]*  
Secretário

*[Assinatura]*  
Almoxarifado



**MUNICÍPIO DE NOVA RAMADA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

**MEMORANDO INTERNO Nº. 207/2023**

**DATA: 30/08/2023**

**DE:** Secretaria Municipal de Obras, Viação e Trânsito.

**PARA:** Secretaria Municipal de Administração – Setor de Licitação

**ASSUNTO:** Alteração de Termo de Referência nº 12/2023 – Pá carregadeira

Solicito através deste, alteração do Termo de Referência nº 12/2023 - Aquisição de Pá Carregadeira Nova, incluindo Qualificação Técnica e alterando a redação da Garantia nos seguintes termos:

**QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- a) A licitante deverá apresentar atestado de Capacidade Técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado comprovando a execução satisfatória de fornecimento de objeto semelhante ao objeto da licitação.
- b) A licitante deverá apresentar declaração indicando a empresa responsável pela assistência técnica, com documento original ou cópia autenticada, **expedido pelo fabricante**, que comprove assistência técnica e fornecimento de peças de reposição para atendimento da garantia dentro do Estado do Rio Grande do Sul.

**DA GARANTIA:**

- a) Pá carregadeira deverá ter garantia de no mínimo 12 (doze) meses; e as duas primeiras revisões 250 horas e 500 horas deverão ser gratuitas (material, mão de obra e deslocamento); e ainda a assistência técnica deve estar localizada no estado do Rio Grande do Sul.

Atenciosamente,

  
Sergio Biancon

Secretário Municipal de Obras, Viação e Trânsito (adjunto)